



## 13.º Congresso Nacional dos Professores Carreira Docente Dignificada Condição de Futuro



# PROJETO DE RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA FENPROF TRIÊNIO 2016/2019

## TRÊS ANOS DE FORTE AÇÃO DA FENPROF COM OS PROFESSORES, EDUCADORES E INVESTIGADORES; TRÊS ANOS EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA.

### I. LUTA CONSEQUENTE E ORGANIZADA

O período que decorreu entre o XII e o XIII Congresso Nacional dos Professores – abril de 2016 a junho de 2019 – foi marcado, no plano político, por uma profunda mudança na correlação de forças que se traduziu numa composição da Assembleia da República que permitiu afastar a direita do governo do país.

A nova composição da AR permitiu a reversão de um conjunto de medidas que PS, PSD e CDS tinham concretizado às ordens de FMI, União Europeia e BCE – a troika.

Devem destacar-se o fim dos cortes salariais e da sobretaxa de IRS, a reposição de quatro feriados, o fim das BCE, da PACC e da mobilidade especial/requalificação e o descongelamento das carreiras em janeiro de 2018 – conquistas importantes que são resultado da luta dos professores e de todos os trabalhadores portugueses.

Na área da educação o governo minoritário do PS ficou muito aquém das expectativas que, iniludivelmente, criou no início da legislatura. Apesar dos discursos de intenções, ME e governo recusaram repor a democracia na gestão das escolhas e persistiram no projeto da direita de municipalizar a educação; não deram nenhum passo no sentido de reverter a constituição dos mega-agrupamentos; a redução de alunos por turma teve fraca expressão e praticamente nenhum efeito; recusaram ajustar a legislação de concursos às necessidades de maior estabilidade dos docentes e investigadores e recusaram instituir regras claras que concretizem o horário de 35 horas semanais legalmente fixado para toda a administração pública.

Por isso, no plano da ação sindical e da luta enganaram-se todos os que imaginaram e, sobretudo, os que desejaram uma

FENPROF acomodada à nova situação política. A FENPROF não encetou nenhum processo de atualização como alguns poderiam desejar. Nestes três anos, a FENPROF continuou exclusivamente comprometida com a defesa da Escola Pública, dos direitos dos professores e investigadores e com a valorização da profissão e dos profissionais que representa.

O ano letivo de 2015/16 iniciou-se com a luta pela aposentação aos 36 anos de serviço, com a subscrição de uma petição que recolheu mais de 30.000 assinaturas, e a apresentação ao ME de um conjunto de doze exigentes medidas de concretização imediata. Na segunda metade desse ano letivo e início do seguinte é importante registar uma campanha em defesa da gestão democrática para as escolas e agrupamentos e uma outra em defesa da valorização do 1º Ciclo do Ensino Básico. No primeiro período do ano letivo 2016/17 são apresentadas ao ME as 13 medidas que exigiam resposta urgente. É nesta altura que ganha nova e maior expressão a exigência da contagem do tempo de serviço que foi congelado pelos governos de José Sócrates e Passos Coelho/Paulo Portas. A ação e a luta dos professores forçaram o governo a assinar, em 18 de novembro de 2017, uma Declaração de Compromisso sobre a carreira e o direito à contagem integral do tempo de serviço, para o que contribuíram a greve e concentração frente à Assembleia da República no dia 15 de novembro desse mesmo mês, não só sobre esta matéria, mas também por um regime específico de aposentação, horários justos e legais e contra a precariedade laboral existente no setor. Antes, tinha já decorrido um desfile, sob a forma de cordão humano, transportando uma faixa com mais de 500 metros, exigindo o descongelamento e a contagem de 9 anos 4 meses e 2 dias roubados à carreira dos professores e respostas para as outras questões acima referidas, para a qual centenas largas de docentes deram, literalmente, a sua cara e o seu protesto.

Em 2018 e 2019, a FENPROF prosseguiu a sua ação em torno da importante reivindicação dos professores sobre a contagem integral do tempo de serviço que foi roubado, a reclamação da alteração das regras de aposentação e a exigência de horários adequados ao exercício da profissão docente.

São de grande importância as manifestações de 19 de maio e 5 de outubro de 2018, a greve organizada por regiões no mesmo ano e, já em 2019, a manifestação a 23 de março e a concentração frente à AR a 16 de Abril.

O final do ano letivo 2017/18 fica fortemente marcado pela Greve às Reuniões de Avaliação entre 18 de junho a 13 de julho e que terminou com grandes concentrações de professores e educadores nas capitais de distrito depois de a 11 de julho se ter realizado uma grande concentração frente ao Ministério da Educação.

O ano letivo 2018/19 iniciou-se com diversas ações de luta, como nunca antes havia acontecido – plenário de quadros sindicais, greve por regiões de 1 a 4 de outubro, manifestação nacional de professores, entrega da petição na AR contra o apagão do tempo de serviço, encontro nacional sobre o desgaste na profissão docente. Seguiram-se bancas em todo o país para recolha de postais de apoio à luta dos professores e a distribuição de documentos na abertura da Web Summit e duas concentrações frente à Presidência do Conselho de Ministros.

Foi no final do ano letivo 2017/2018 que tiveram visibilidade iniciativas que tentaram dividir os professores empurrando-os para um radicalismo inconsequente. Foram posições que, com algumas exceções, ditadas pela indignação dos docentes, tiveram baixa adesão nas escolas. Como acontece sempre em situações que, aparentemente, põem em causa a ligação dos professores aos seus sindicatos, em particular à FENPROF, contaram com uma simpática cobertura da comunicação social. Nessa fase da luta, a FENPROF recusou empurrar os docentes para uma greve cujo aviso prévio não respeitou os dias legalmente estabelecidos em lei e manteve uma ação consequente e organizada assente nas escolas e na forte mobilização da classe docente que foi preparada num período largo de tempo.

Em 29 outubro de 2018 iniciou-se a greve ao sobretrabalho, que se mantém até hoje e já produziu resultados concretos, com muitas escolas a reorganizar os horários dos professores, integrando, designadamente, as reuniões não previstas no horário, na componente não letiva de estabelecimento. Esta greve deveria ter-se iniciado em 15 de outubro, mas o Ministério da Educação criou um ambiente de coação que provocou medo nos professores, ameaçando injustificar as faltas de quem aderisse à greve, alegadamente por não terem sido respeitados os prazos legais para a apresentação do aviso prévio, por haver indefinição em relação às atividades cobertas pela greve e por, em seu entender, tratar-se de uma greve self-service. Para dar segurança aos professores que decidissem participar na greve, as organizações sindicais adiaram o seu início por duas semanas, incluíram nos pré-avisos cada uma das atividades cobertas e decidiram entregá-

los diariamente. Contudo, apresentaram participação-crime contra o ministro da Educação por ameaça, coação e ter atentado contra o direito à greve, que tem consagração constitucional. O processo está em curso no Ministério Público.

O ano de 2019 iniciou-se com concentrações frente à Presidência do Conselho de Ministros. Na de 21 de Fevereiro foi entregue o maior abaixo-assinado de sempre subscrito por 60 045 professores e educadores onde se reclama a contagem dos 9 anos, 4 meses e 2 dias de tempo congelado para efeitos de progressão na carreira. Mais recentemente deve registar-se a grande manifestação nacional de professores a 23 de março e a concentração frente à AR, aquando da primeira discussão das propostas de apreciação parlamentar do decreto-lei do governo que mantém o roubo de cerca de seis anos e meio de tempo de serviço – DL 36/2019. Importa salientar que o processo de luta contra o apagão do tempo de serviço foi também suportado por dezenas de reuniões de delegados sindicais e duas consultas aos professores, uma delas com uma participação de mais de 55.000 docentes.

No ano de 2019 a FENPROF deu novamente visibilidade à exigência de um modelo democrático de gestão promovendo uma petição entregue na Assembleia da República com mais de 10.000 assinaturas recolhidas em pouco mais de 15 dias.

É esta ação consequente, combativa, organizada e com forte e permanente ligação às escolas que faz da FENPROF a mais representativa organização sindical dos docentes portugueses.

## II. A FENPROF COM INICIATIVA, AÇÃO E LUTA 2016

### - Mês de maio

- Dia 1 – Participação na jornada de luta convocada pela CGTP-IN do Dia do Trabalhador com as comemorações do 1.º de Maio.
- Dia 4 – divulgação das propostas que a FENPROF apresentou em reunião com responsáveis políticos do Ministério da Educação sobre mobilidade por doença e organização do ano letivo
- Dia 13 – Alegando que a defesa da escola Pública é uma questão política, legal e financeira, realizou-se em Coimbra uma conferência de imprensa da FENPROF com a participação de diretores e presidentes dos conselhos gerais de escolas de Coimbra, para revelar o que implicam as opções do atual governo, apoiado pela maioria parlamentar, para pôr fim a uma situação grave que se arrastava há dezenas de anos no nosso país de sobre financiamento do ensino privado. Nessa conferência de imprensa deu-se a conhecer as contas do despesismo e da desvalorização da Escola Pública: mais de 50 milhões de euros anuais.

- Dia 16 – Arranca em todo o país uma enorme Campanha em Defesa da Escola Pública que reuniu, logo de início, o apoio de mais de 100 personalidades das mais diversas áreas. Uma campanha em que se pretendia a defesa da não duplicação do financiamento público em Educação, a garantia de financiamento adequado às escolas públicas e a manutenção de apoio financeiro a colégios privados apenas quando a resposta pública é insuficiente. Este abaixo-assinado/petição viria a recolher mais de 70.000 assinaturas.
- Dia 17 – Distribuição à população de uma tarjeta informativa sobre os problemas dos reformados, ação integrada na Semana Nacional de Luta (16 a 20 de Maio) promovida pela CGTP-IN

#### - Mês de junho

- Dia 3 – “Em defesa da Escola Pública” – Concentração/Tribuna Pública no Largo Camões em Lisboa, com a participação de milhares de trabalhadores docentes e não docentes e a intervenção de diversas figuras públicas que concordaram dar rosto á luta por uma Escola Pública de Qualidade para Todos.
- Dia 7 – Realização em Viseu de um “Debate com alunos surdos e ouvintes”. Este debate decorreu na Escola Secundária Alves Martins e contou com a presença dos dirigentes sindicais Mário Nogueira (Secretário Geral da FENPROF) e Ana Simões (Coordenadora Nacional da Educação Especial). Aspeto central: a promoção da escola inclusiva e dos seus princípios fundamentais e que, apesar de predominante não se dirigem apenas às pessoas com deficiência. Integrou os debates que foram organizados em todas as regiões e no vasto programa que vem sendo desenvolvido para alertar as comunidades escolares e educativas para a importância da escola verdadeiramente inclusiva, a qual só é possível quando se realiza na Escola Pública.
- Dia 16 – Plenário de Sindicatos da CGTP-IN, na Voz do Operário em Lisboa.
- Dia 18 – Realização da grande Marcha “Unir Vozes em Defesa da Escola Pública”, que juntou em Lisboa entre 80.000 e 100.000 manifestantes (docente e não docentes, estudantes, encarregados de educação e representantes de forças vivas da sociedade, na que foi a maior manifestação em defesa de uma importante causa social – a Escola Pública. No palco usaram estiveram, para além de jornalistas. Quem usou da palavra: Mário Nogueira, Diogo Mendes, Helena Roseta, Ana Sesudo, Isidoro Roque, Ana Benavente e Arménio Carlos
- Dia 28 – FENPROF divulgam posição a propósito da anunciada transformação de mais instituições de ensino superior público em fundações de direito privado. Para a FENPROF trata-se de uma transformação que ameaça o interesse público das suas missões e as condições para o exercício da Liberdade Académica dos seus docentes e investigadores, para além de fragilizar ainda mais a autonomia do Ensino Superior Público.

#### - Mês de julho

- Dia 6 – Presença nas Galerias da Assembleia da República durante o debate parlamentar motivado pela Petição entregue pela FENPROF com mais de 30.000 assinaturas em defesa de um novo regime de aposentação.
- Dia 7 – É divulgada a recolha de assinaturas contra as condições de organização e funcionamento do 1º Ciclo do Ensino Básico que se agravaram nos últimos anos, com consequências para o exercício profissional da docência e para as aprendizagens dos alunos. Como se não bastasse, o Ministério da Educação decidiu aprovar, pela primeira vez, um calendário escolar mais prolongado do que o aplicável aos restantes ciclos do Ensino Básico, o que, além de mais uma intolerável discriminação, não tem qualquer fundamento pedagógico ou de outra natureza, parecendo tratar-se, apenas, de mais um castigo imposto a professores e alunos deste sector de ensino.
- Dia 12 – comunicado da FENPROF onde se revela que OIT e UNESCO recomendam que condições de trabalho dos docentes do público se apliquem aos do privado. Em 2015 (Paris, Abril de 2015), uma comissão conjunta OIT/UNESCO produziu um conjunto de Recomendações relativas ao pessoal docente, uma das quais referindo-se explicitamente a este tipo de situação, apelando aos Estados Membros que adotem “medidas para oferecer as mesmas condições de trabalho a todos os docentes, tanto das escolas públicas como dos centros financiados pelo Estado”. Esta recomendação vem na sequência das preocupações manifestadas por aquela comissão conjunta sobre a crescente desigualdade que tem vindo a verificar-se nos países em que a privatização do ensino tem vindo a ganhar espaço. A FENPROF decidiu apresentar queixa à OIT e UNESCO da situação que se vive em Portugal neste domínio e que resulta da ganância de operadores que não abrem mão dos elevados lucros que obtêm.
- Dia 13 – A CGTP-IN considera totalmente inaceitáveis quaisquer sanções a Portugal. O país não pode nem deve ser sancionado pelas políticas aplicadas pela CE, BCE e FMI. Esta é uma realidade que se situa no campo da irracionalidade, face ao impacto profundamente negativo que já teve e pode vir a ter na vida de milhões de portugueses.
- Dia 18 – FENPROF apela à subscrição de um abaixo-assinado online contra a grave discriminação a que os/as educadores/as de infância estão sujeitos/as relativamente ao calendário escolar, ao mesmo tempo que se condenam os efeitos perniciosos de tal medida nas crianças que frequentam os jardins-de-infância.
- Dia 20 – As galerias da Assembleia da República e o exterior do edifício tiveram a presença de centenas de docentes que acompanharam o debate parlamentar da petição da FENPROF por uma aposentação justa aos 36 anos de serviço e os projetos de Resolução apresentados sobre esta matéria, acompanhando as posições dos

docentes portugueses. PS, PSD e CDS voltaram a unir-se contra os professores inviabilizando, com o seu voto, os projetos de Resolução que recomendavam a criação de um regime excepcional de aposentação para os professores. A Petição apresentada na Assembleia da República e subscrita por 30.000 docentes não exigia qualquer privilégio para estes profissionais, apenas apelava ao bom senso dos deputados no sentido de estes serem coerentes com posições que têm assumido e, pensavam os professores, seriam consensuais.

- Dia 20 – realizou-se a última reunião negocial com o MCTES sobre a alteração ao regime transitório do Politécnico, na qual se registaram alguns avanços, mas também muitas e graves insuficiências. É lamentável que perante as vicissitudes de um processo que se iniciou com o mandato de Mariano Gago, não tenha sido possível salvaguardar os interesses de docentes que tudo deram às suas instituições e que, com o obstáculo dos custos insuportáveis, terão eles mesmos de suportar os erros de governações irresponsáveis. Na tomada de posição emitida pela FENPROF à saída da reunião, pode ler-se: “É lamentável que perante as vicissitudes de um processo que se iniciou com o mandato de Mariano Gago, não tenha sido possível salvaguardar os interesses de docentes que tudo deram às suas instituições e que, com o obstáculo dos custos insuportáveis, terão eles mesmos de suportar os erros de governações irresponsáveis”.
- Dia 29 – FENPROF reúne com Tiago Brandão Rodrigues a quem entrega dossier com 13 questões de resolução urgente e que quer ver contempladas já a partir do ano letivo de 2016/17 e 10 propostas para que o Orçamento de Estado 2017 inicie um ciclo de investimento na Educação.

#### - Mês de agosto

- Dia 17 – é publicado o diploma que revê o regime transitório do ECDPESP (DL 45/2016), o qual, embora se trate de um significativo avanço no caminho do combate à precariedade no Politécnico, contém insuficiências que levaram a FENPROF a solicitar de imediato aos grupos parlamentares que requeiram a apreciação parlamentar do decreto-lei para o seu aperfeiçoamento.

#### - Mês de setembro

- Dia 6 – FENPROF reuniu no ME e volta a colocar aspetos relacionados com os problemas existentes no 1.º CEB, voltando a chamar a atenção para a Carta reivindicativa entregue no ME e aos Grupos Parlamentares no 2.º período do ano letivo passado
- Dia 15 – FENPROF torna público as diversas insuficiências sentidas nas escolas e jardins-de-infância, com o início do novo ano letivo
- Dias 26, 28 e 30 – Bancas de recolha de assinaturas da Petição da CGTP-IN “Garantir o Direito à Contratação Coletiva. Revogar a Norma da caducidade das Convenções

Coletivas, Assegurar o Direito de Negociação na Administração Pública”.

- Dia 29 – Distribuição à população do manifesto aprovado pela IR no âmbito da Semana Nacional de Esclarecimento, Reivindicação e Luta promovida pela CGTP-IN, de 26 a 30 de setembro.

#### - Mês de outubro

- Dia 4 – Comemorações oficiais da FENPROF relativas à comemoração do Dia Mundial do Professor, com um espetáculo de Música, Dança, Teatro, Poesia... ISCTE. Lisboa.
- Dia 7 – Encontro de Professores 2016 - “O professor hoje e os desafios de amanhã” – Convento de São Francisco – Coimbra, com David Rodrigues, Licínio Lima, José Calçada, António Sampaio da Nóvoa, Porfírio Silva (BE), Ana Mesquita (PCP), Joana Mortágua (BE) e Manuela Cunha (PEV). Apresentação de vídeo evocativo da importância do Professor e da FENPROF.
- Dia 14 – Representando os sindicatos da FENPROF, Mário Nogueira, secretário-geral proferiu uma comunicação LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO 1986 – 2016 - “Trinta anos depois, renovar compromissos”, na qual enfatiza que “A Lei de Bases do Sistema Educativo tem um objectivo assumidamente democratizador, enquadrada que está pela Constituição da República Portuguesa, consagrando como especial responsabilidade do Estado a promoção da ‘democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares’ (artigo 2.º, n.º 2)”.
- Dia 18 – Plenário Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública “Defender os Trabalhadores, Afirmar conquistas, Exigir Direitos” seguido de desfile para o Ministério das Finanças, em Lisboa, organizado pela FCSAP.
- Dia 28 – Participação dos Professores Aposentados na Manifestação nacional organizada pelo MURPI, em Lisboa e no Porto, em defesa do aumento das pensões e da melhoria das condições de vida.

#### - Mês de novembro

- Dia 18 – Participação na Manifestação Nacional de trabalhadores da Administração Pública por: Descongelamento da progressão nas carreiras e a atualização dos salários; Aprovação de um regime de aposentação justo que, no caso dos professores, tenha em conta o elevado desgaste que resulta do exercício da sua profissão; Consagração do direito à vinculação no respeito pelo que impõe a Diretiva Comunitária 1999/70/CE; Reorganização dos horários de trabalho, designadamente uma definição clara dos conteúdos funcionais das componentes letiva e não letiva de estabelecimento, e, no ensino superior, o cumprimento da lei quanto às cargas letivas.

- Dia 23 – Participação na Concentração de Professores e Educadores, junto ao ME. Contra o bloqueamento dos vinculados no índice da contratação • Pela transição aos 5.º e 7.º escalões dos docentes que reúnem condições desde 2010.

#### - Mês de dezembro

- Dezembro – distribuição à população, com especial incidência nas academias, de um texto de posição da FENPROF relativo à passagem das IES a Fundações de direito privado, na qual explicita: “O regime fundacional reduz a autonomia de decisão estratégica das instituições, devido à sua submissão à tutela de membros externos nomeados – os curadores – com plenos poderes, conduz à prevalência de interesses privados e de submissão ao mercado, em detrimento da prossecução do interesse público no exercício das suas missões. Este regime de direito privado possibilita, desde logo, a privatização e precarização das relações laborais e das próprias carreiras (aliás, já em vigor em algumas fundações) e fragiliza as condições para o pleno exercício da liberdade académica no domínio da docência e investigação. Este regime abre a possibilidade de uma gestão do património numa lógica puramente mercantil, o que pode conduzir à sua alienação, privatizando assim património público, sem autorização da tutela, ou à sua utilização para fins que nada têm a ver com a missão das instituições de ensino superior públicas.”
- Dia 3 – Comemoração do Dia Internacional da pessoa com Deficiência – divulgação de um concurso que decorrerá ao longo do ano de 2017, em parceria com o INR
- Dias 5, 6 e 7 – realização de várias iniciativas nas regiões abrangidas pelos Sindicatos da FENPROF (SPN, SPRC, SPGL, SPZS, SPM, SPRA). Integrada nesta ação nacional pela inclusão que a FENPROF vem desenvolvendo com a CNOD e o Instituto Nacional da Reabilitação.
- Dia 7 – Encontro Nacional realizado em Lisboa. Este foi um importante momento de afirmação da posição da FENPROF e dos professores em relação ao processo negocial em curso para revisão do regime legal de concursos e colocações. No final, os participantes manifestaram-se até ao Ministério da Educação onde se concentraram e entregaram uma posição aprovada por unanimidade no Plenário. Nesta concentração os professores receberam o apoio de deputados dos grupos parlamentares do BE, PCP e PEV.
- Dia 13 – participação no Simpósio “Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em Portugal”, que se realizou no Edifício Novo da Assembleia da República. A Convenção é um documento das Nações Unidas, assinada a 13 de Dezembro de 2006 e ratificada por Portugal. Neste Simpósio, com a participação de representantes dos grupos parlamentares e com a moderação da atleta paralímpica Simone Fragoso, pretendeu-se alertar para os Direitos Humanos, mais concretamente os Direitos das Pessoas com Deficiência, nomeadamente alunos e docentes com deficiência.

- Dia 13 – Depois de uma persistente e justa luta dos professores dos Conservatórios de Música, na qual a FENPROF esteve fortemente envolvida, o Ministério da Educação corrigiu um erro da administração educativa que punha em causa o direito dos docentes contratados dos conservatórios de música e de dança de verem os efeitos da sua colocação produzidos a partir de 1 de Setembro. Mais uma importante batalha vencida.

- Dia 19 – Publicada em Diário da República a Recomendação sobre a condição docente e as políticas educativas, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em Junho de 2016, a qual contém importantes reflexões sobre a condição docente e a sua profissionalidade. Com a participação dos Sindicatos na reflexão sobre o papel do professor e das condições que devem ser-lhe garantidas, no âmbito desta Recomendação, a FENPROF e CGTP-IN tiveram aqui um papel determinante. Uma Recomendação que não reflete, como seria normal, exclusivamente o pensamento da FENPROF ou da CGTP-IN, mas contém grande parte daquilo que tem sido a sua intervenção em defesa de uma profissão que deve ser valorizada, tendo em conta o seu importante papel social e a especificidade muito especializada do seu exercício.

- 21 – respondendo a um apelo dos professores, sindicatos da FENPROF elaboraram um guia de orientação dos docentes sobre “Supervisão pedagógica e Aulas Assistidas”, o qual foi divulgado e distribuído massivamente pelas escolas.

- Dia 27 - A FENPROF apresentou no ME o seu parecer sobre os projetos apresentados pela tutela para revisão do atual regime e criação de um regime extraordinário de vinculação. No final da reunião, a FENPROF reafirmou a necessidade de, em sede negocial, concretizar o que, na Assembleia da República, o Primeiro-Ministro afirmou sobre a necessidade de reduzir as situações de precariedade a uma mera bolsa não superior a 10%.

- Dia 27 – A Petição em Defesa da Escola Pública deu origem a importantes iniciativas parlamentares. Com mais de 77 000 subscritores, foi a plenário da Assembleia da República a Petição em Defesa e pela Valorização da Escola Pública, que já esteve na origem de diversas iniciativas, designadamente da Marcha em defesa da Escola Pública realizada em 18 de Junho de 2016. FENPROF divulgou à comunicação social um jornal para distribuição geral à população com o título “Defender o que é de Todos!”

## 2017

#### - Mês de janeiro

- Dia 12 – Plenário de Sindicatos CGTP-IN na União de Associações de Comércio e Serviços, Lisboa
- Dia 15 - A FENPROF reuniu na IGEC para tratar de aspectos relativos ao atropelo à lei no sector educação pré-escolar, designadamente em relação a horários de trabalho e calendário escolar

- Dia 17 – Seminário Internacional de Ensino à Distância - ISCIA
- Dia 23 – É iniciada a recolha de respostas ao questionário promovido pela FENPROF sobre os horários de trabalho dos professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário
- Dia 30 – Início da consulta às escolas sobre “Mais democracia para as escolas”, organizada pela FENPROF.
- Dia 24 – presença nas galerias da Assembleia da República na discussão e votação das propostas de alteração do DL 45/2016
- Dia 24 – início da subscrição de um postal em defesa de um regime específico de aposentação para os professores que viria a ser, depois, entregue no ME
- Dia 28 – participação na Manifestação Nacional da Juventude Trabalhadora convocada pela Interjovem da CGTP-IN com o lema “O tempo é hoje! Vencer a precariedade, defender os nossos direitos”

#### - Mês de fevereiro

- Dia 10 – 8.ª Conferência Nacional da Inter-Reformados/CGTP-IN, em Lisboa
- Dia 30 – Debate “Valorizar o Trabalho e os Trabalhadores, afirmar a Segurança Social pública”, CGTP-IN

- Dia 22 - FENPROF divulga dados globais do inquérito realizado junto de cerca de 25 000 docentes de todo o país sobre a gestão das escolas. Com votações acima dos 90 por cento, destacam-se posições a favor da eleição dos departamentos por todos os que integram essas estruturas (e não por escolha de quem dirige a escola/agrupamento) e também, por exemplo, a favor da eleição do órgão da escola/agrupamento por um colégio eleitoral alargado, com direito a voto a todos os elementos da comunidade escolar e ainda a favor do carácter colegial e não unipessoal dessa direcção.

- Dia 21 – Reunião com Diretores de Escolas/Agrupamentos, Lisboa, FENPROF

#### - Mês de março

- Dias de 6 a 10 – participação nas iniciativas integradas na “Semana da Igualdade entre Mulheres e Homens”, promovida pela CIMH/CGTP
- Dia 8 – iniciativas que assinalaram o Dia Internacional da Mulher.
- Dia 10 – divulgados os resultados do inquérito promovido pela FENPROF e no qual participaram 1384 docentes da região centro sobre os horários de trabalho, através do qual se prova que os professores, em Portugal, trabalham mais 11 horas em média por semana para além do que se encontra legalmente regulamentado
- Dia 11 – Manifestação Nacional de Mulheres “A voz das mulheres pela Igualdade-Direitos/Desenvolvimento, Paz” promovida pelo Movimento Democrático de Mulheres no âmbito das comemorações do 8 de Março
- Dia 22 – participação na concentração em frente ao ME (“Professores dão música ao ministro”), do ensino artístico especializado público, visando concursos justos, vinculação e fim da precariedade e incerteza quanto ao seu futuro profissional
- Dia 22 – campanha “Damos o rosto pela Profissão”, escrevendo uma frase que se enquadre na campanha da FENPROF em defesa de direitos profissionais que têm vindo a ser retirados ou atacados para depois tirarem uma fotografia com essa frase.

#### - Mês de abril

- Dia 18 - Dando o rosto pela Profissão e pela Educação, Professores desfilaram, unindo o Ministério da Educação e a Residência Oficial do Primeiro-Ministro, transportando uma faixa de com cerca de 600 metros com 1100 fotografias de docentes exibindo as suas reivindicações
- Dia 25 – envolvimento ativo na organização, promoção e realização das comemorações populares do 25 de Abril

#### - Mês de maio

- Dia 1 – Participação na jornada de luta convocada pela CGTP-IN do Dia do Trabalhador com as comemorações do 1.º de Maio.
- Dia 3 – Participação no Plenário de Sindicatos da CGTP-IN - Lisboa
- Dia 17 – Dia Nacional de Luta dos Professores: Concentração de Professores, junto ao ME, para entrega de milhares de postais exigindo a aprovação de um regime excecional de aposentação, e presença nas galerias da Assembleia da República para acompanhar o debate sobre a Petição “Respeitar os docentes, melhorar as suas condições de trabalho e valorizar o seu estatuto de carreira”.
- Dia 24 – Tribuna Pública, no Porto, promovida pela Inter-Reformados/CGTP-IN sobre o que os reformados/aposentados defendem e reivindicam

#### - Mês de junho

- Dia 2 – 7ª Conferência Nacional da CIMH/CGTP-IN - “Valorizar o Trabalho. Efetivar a igualdade”, realizada em Lisboa.
- Dia 3 – Participação na Manifestação da CGTP – Organizar e Lutar para valorizar o trabalho e os Trabalhadores, realizada em Lisboa.
- Dias de 13 a 16 – distribuição de um texto esclarecendo a população sobre os motivos da convocação da greve de 21 de Junho, que é o culminar

de oito meses de tentativas junto do Governo para resolver problemas que afetam o desempenho e a vida dos professores

- Dia 21 – Greve Nacional para a qual o ME defendeu serviços mínimos que vieram a ser confirmados por uma comissão arbitral, que estabeleceu as condições efetivas em que esses serviços deveriam ser assegurados. Isto não foi cumprido em muitos locais de trabalho, tendo sido movida uma campanha de intimidação direta ou indiretamente com recurso às direções de escola e agrupamentos para procurar, dessa forma, condicionar a participação dos professores. Apesar disso a greve teve uma forte e expressiva participação
- Dia 29 – FENPROF efetiva uma queixa na IGEC contra 54 diretores de escolas/agrupamentos que violaram os serviços mínimos estabelecidos para 21 de Junho

#### - Mês de julho

- Dia 7 – No seguimento das iniciativas que a FENPROF vinha desenvolvendo, desde a denúncia do Contrato Coletivo de Trabalho por parte da AEEP (agora CNEF) em 2013, designadamente reuniões de negociação, plenários com docentes do sector, pedido de intervenção junto do Ministério do Trabalho, ações judiciais, reuniões com os grupos parlamentares e comunicados, nas escolas do EPC, o preenchimento de um inquérito sobre os horários de trabalho dos docentes das escolas do ensino particular e cooperativo

#### - Mês de setembro

- Dia 13 – início da Campanha “Valorizar a Educação e os seus profissionais; 2017/2018: Tempo de resolver problemas”.
- Dia 14 – No âmbito da realização das Eleições autárquicas realizou-se uma reunião com CDU para debater problemas relacionados com a educação.
- Dia 19 – eleição para o Conselho Geral e de Supervisão da ADSE, na qual foi mais votada, por larga margem, a lista proposta pelos sindicatos da Frente Comum

#### - Mês de outubro

- Dia 4 – Plenário Nacional no qual foi aprovado uma importante Resolução. Integrado nas comemorações do Dia Mundial dos Professores (5 de Outubro)
- Dia 23 – realização de uma Conferência de Imprensa para denunciar a situação existente no PREVPAP, no ensino superior, na qual a FENPROF já declarava que “urge encontrar soluções políticas que possibilitem à CAB-CTES cumprir cabalmente a sua missão, i.e. analisar todas as situações que lhe foram comunicadas e produzir os respetivos pareceres para homologação por parte dos Ministros competentes, para que todos os processos possam estar concluídos nos prazos previstos”. A FENPROF criticava também a morosidade

a abertura dos processos concursais que já estava a afetar gravemente a vida de muitos bolsheiros

- Dia 27 – Greve Nacional dos Professores e Educadores em convergência com toda a administração pública. Com esta greve, os professores e educadores faziam um sério aviso ao Governo, de que não aceitavam a forma como este pretende descongelar as suas carreiras, apagando mais de uma década de serviço cumprido e, para além disso, impondo uma inaceitável discriminação em relação a outras carreiras
- Dia 28 – manifestação nacional de professores do ensino particular e cooperativo em frente à CNEF que não aceitam ser explorados de uma forma desumana por causa de um acordo que prejudica muito os professores, apenas servindo para aumentar o lucro do patronato e financiar quem (UGT\_FNE), ilegítimamente, se diz representar estes docentes
- Dia 31 – Encontro de Professores – Auditório da Reitoria, Universidade de Coimbra

#### - Mês de novembro

- Novembro – realização de plenários distritais para discussão dos documentos e eleição de delegados à 2.ª Conferência Nacional dos Professores Aposentados que se realizou no Porto
- Dias de 6 a 17 – realização de greve à componente letiva indevidamente realizada na componente não letiva dos horários dos professores
- Dia 15 – Grande Greve e grande Manifestação Nacional de Professores. Os docentes exigem respeito, reconhecimento do seu mérito profissional e um descongelamento justo da carreira, sem perdas de tempo de serviço e sem discriminação em relação aos restantes trabalhadores da Administração Pública.
- Dia 18 - Os professores na luta com todos os trabalhadores em defesa de um país desenvolvido e que valorize o trabalho. Realizou-se no sábado, 18 de Novembro, a Manifestação Nacional convocada pela CGTP-IN em defesa da “valorização do Trabalho e dos Trabalhadores”
- Dia 21 – 2.ª Conferência Nacional de Professores Aposentados “Afirmar Direitos, Valorizar Pensões, Dignificar a Aposentação”, no Porto

#### - Mês de dezembro

- Dia 2 – Encontro Nacional “Inclusão Escolar e Social pela Arte e Desporto” (Lisboa FENPROF/CNOD)
- A partir do dia 6 – ação nacional da FENPROF sobre aspetos relacionados com os concursos de professores e outros de âmbito socioprofissional e das carreiras
- Dia 7 – Tribuna Pública contra o processo de difamação da classe docente, em curso, movido pela direita portuguesa e por alguns órgãos de comunicação social, com o qual

procuravam condicionar as negociações com o Governo e a Assembleia da República

- Dia 14 – Encontro Nacional de Combate de Assimetrias Regionais, realizada em Portalegre e organizada pela CGTP-IN.
- A partir do dia 18 – no quadro das decisões tomadas pelo Secretariado nacional da FENPROF, os sindicatos criaram um gabinete regional de apoio à recomposição da carreira dos docentes (GARC)
- Dia 20 – arranca a campanha para a mobilização e organização da acção e da luta dos professores contratados e desempregados, designadamente através da criação de comissões sindicais de professores contratados

## 2018

### - Mês de janeiro

- Dia 3 - Concentração Frente ao ME – Reunião de Negociação 4.º e 6.º escalões – Lisboa
- Dia 12 – Plenário CGTP – Lisboa
- Dia 22 - Concentração dos Professores de LGP no âmbito da negociação suplementar para a criação do Grupo de Docência – Lisboa;

### - Mês de fevereiro

- Dia 2 – Plenário Nacional de Professores, FENPROF – Auditório da Faculdade de Medicina Dentária, em Lisboa
- Dia 6 - Entrega da Petição do Ensino Particular e Cooperativo, em Lisboa;
- Dia 7 - Conferência de Imprensa em Lisboa, sede da FENPROF, esta denunciou de que forma a prioridade dada pelo Governo ao ensino profissional é verbo de encher!
- Dia 16 - As organizações sindicais de professores e educadores (ASPL, FENPROF, FNE, PRÓ-ORDEM, SEPLEU, SINAPE, SINDEP, SIPE, SIPPEB e SPLIU) entregaram no Ministério da Educação um Parecer sobre o reposicionamento na carreira elaborado pelo Professor Doutor Licínio Lopes Martins, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Doutor em Direito Administrativo
- Dia 28 - Concentração de Professores – Contestação à proposta do governo, sobre o reposicionamento na carreira

### - Mês de março

- Dias de 4 a 8 - Participação nas iniciativas da Semana da Igualdade, promovida pela CGTP
- Dia 5 – Manifestação pelo reconhecimento do tempo

de serviço cumprido pelas Educadoras de Infância em Creches – Lisboa

- Dia 8 - Comemorações do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher
- Dia 8 - Protesto junto ao ME concentração de professores de Teatro / Expressão Dramática frente ao Ministério da Educação, com o intuito de lutar pela criação de um grupo de recrutamento na área do Teatro e pela integração dos professores na carreira docente.
- Dia 10 – Manifestação Nacional de Mulheres, em Lisboa, promovida pelo MDM
- Dia 23 - Concentração do Ensino Superior – Lisboa;
- Dia 26 - Encontro Nacional da Educação Especial, em Lisboa.
- Dia 27 - Protesto Nacional de docentes, investigadores e pessoal não docente, no Largo Camões. FENPROF, ABIC, Rede de Investigadores contra a Precariedade e Federação Nacional de Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais.
- Dia 28 – Reunião Nacional de Contratados – Sede da FENPROF
- Dia 28 – Manifestação da Juventude Trabalhadora – Frente Assembleia da República

### - Mês de abril

- Dia 18 - Manifestação da Interjovem da CGTP.
- Dia 19 - Entrega da Proposta de Horários de Trabalho dos Professores e Educadores – Lisboa;
- Dia 25 – Comemorações do 25 de Abril e da Liberdade

### - Mês de maio

- Dia 1 – Dia Nacional de Luta/“Lutar pelos direitos valorizar os trabalhadores”. Participação nas comemorações do 1.º de Maio organizadas pela CGTP-IN em todo o país
- Dia 19 - Manifestação Nacional de Professores e Educadores – Plataforma sindical - Contra o apagão do tempo de serviço – Pelo direito a uma aposentação em tempo justo – Por horários adequados ao exercício profissional – Por medidas que combatam o desgaste e o envelhecimento da profissão.

### - Mês de junho

- Dia 9 - Manifestação Nacional - FENPROF e CGTP - Pela contagem integral do tempo de serviço, tal como se encontra previsto na Lei do OE 2018 – Pela aposentação aos 36 anos de serviço, independentemente da idade – Por horários de trabalho ajustados ao exercício da profissão que impeçam o agravamento do desgaste físico e psíquico – Pela garantia de a uma necessidade

permanente corresponder um emprego permanente.  
Campo Pequeno - Marquês Pombal, em Lisboa

- De 18 de junho a 13 de julho greve às reuniões de avaliação
- Dia 16 - Encontro Nacional sobre Autonomia e Flexibilidade Curricular – Esc. Sec. do Cerco – Porto;
- Dia 21 – Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN – Lisboa

#### - Mês de julho

- Dia 11 – Concentração no ME pela negociação do prazo e do modo da contagem integral do tempo de serviço – Lisboa
- Dia 13 - Concentrações descentralizadas nas capitais de distrito – Contra o apagão – Regime de aposentação específico – horários ajustados de 35 h – Contra a precariedade. Aprovaram uma moção que fizeram chegar o Presidente da República, ao Presidente a Assembleia da República, aos grupos parlamentares, ao Primeiro-ministro, ao Ministro da Educação, ao Ministro das Finanças e ao Presidente do Conselho Nacional de Educação
- Dia 19 – Ida com CGTP à Assembleia da República (Lei n.º 136/XIII) – Lisboa

#### - Mês de setembro

- Dia 5 – Plenário Nacional de Quadros Sindicais da CGTP-IN – Lisboa
- Dia 7 – Reunião sobre a recomposição da carreira docente com o ME
- Dia 24 – Reunião do DESI com outras instituições
- Dia 25 – Plenário da Frente Comum da Administração Pública, Lisboa
- Dia 28 – Reunião suplementar sobre a recomposição da carreira docente com o ME
- Conjunto de reuniões sindicais e plenários em todo o país.

#### - Mês de outubro

- Dias de 1 a 4 - Greve Nacional dos Professores por regiões
- Dia 1 - Encontro Nacional de Dirigentes e Ativistas Sindicais da CGTP-IN – Cinema S. Jorge, em Lisboa
- Dia 5 – Manif. Nacional de Professores/ Dia Mundial do Professor – Lisboa;
- Dia 8 - Uma delegação dos Sindicatos de Professores que convergem na ação e na luta em defesa da recuperação de todo o tempo de serviço que esteve congelado (9A 4M 2D) foi recebida pelo Senhor Presidente da República, em Belém

- Dia 11 – Deslocação à AR – Petição da FENPROF - “Valorizar a profissão e os seus profissionais. 2017/2018: tempo de resolver problemas” – Lisboa;
- Dia 18 – Reunião com a Agência Europeia sobre os problemas na área da Educação;
- Dia 18 – Entrega da Petição do ESI na AR;
- Dia 19 – FENPROF promoveu o “II Encontro Internacional, sobre o desgaste na Profissão Docente” em parceria com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova e com a equipa de investigadores coordenada por Raquel Varela
- Dia 26 – Greve Nacional da Administração Pública;
- Dia 29 – Início da greve às atividades letivas registadas incorretamente na não letiva e às reuniões que estão para além do horário de trabalho;
- Reuniões com todos os grupos parlamentares.

#### - Mês de novembro

- Novembro – Realização de Bancas em todo o país para recolha de assinaturas de cidadãos em postais “Mais Investimento na Educação. Respeito pela profissão docente. Eu apoio a luta dos professores”
- Dia 2 – Concentração e Plenário Nacional Frente à Assembleia da República
- Dia 5– Distribuição de panfletos Informativos sobre a realidade docente em Portugal, na Web Summit – Lisboa
- Dia 7 – Concentração na AR dos docentes e investigadores;
- Dia 15 – Manifestação Nacional da CGTP-IN – Lisboa;
- Dia 17 – Encontro Nacional do EPC na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto – Porto
- Dia 26 – Assembleia da República - debate Orçamento de Estado de 2019 - sobre a recuperação do tempo de serviço
- Dia 26 – Encontro Nacional comemorativo do 25.º aniversário do 1.º Congresso Nacional dos Professores Aposentados, em Lisboa, que integrou a conferência “Envelhecer com saúde e com direitos” sendo conferencistas Dra. Maria João Quintela e Dr. Augusto Flor

#### - Mês de dezembro

- Dia 5 – Reunião sobre a recomposição da carreira docente com o ME
- Dia 6 – Entrega dos postais de apoio à Luta dos Professores na Presidência do Conselho de Ministros - Lisboa
- Dia 15 – Reunião do Conselho Nacional da FENPROF – Lisboa

- Dia 18 – Reunião suplementar sobre a recomposição da carreira docente com o ME
- Dia 20 – Entrega de “prendas” (rábula natalícia) na Presidência do Conselho de Ministros – Lisboa. A FENPROF desfilou desde o Ministério da Educação até ao Conselho de Ministros para entregar as suas reivindicações. As caixas dos “presentes” foram entregues vazias para que o governo as possa encher de medidas que permitam resolver os problemas dos professores e das escolas: aposentação com 36 anos de serviço, gestão democrática das escolas, horários justos legais, condições de trabalho adequadas, autonomia sem municipalização e a contagem integral do tempo de serviço
- Dia 4 – Reunião sobre a recomposição da carreira docente com o ME
- Dia 7 – Entrega da petição com mais de 60.000 assinaturas de docentes sobre a recomposição da carreira docente na Assembleia da República;
- Dia 16 – Encontro nacional sobre a inclusão
- Dia 21 – Entrega nos tribunais do continente as primeiras ações sobre as “ultrapassagens” na carreira devido à Portaria de reposicionamento
- Dia 23 – Grandiosa manifestação nacional dos professores do Marquês de Pombal para o Terreiro do Paço
- Dia 26 – Entrega na Assembleia da República a petição pela gestão democrática das escolas
- Dia 28 – Manifestação nacional de jovens trabalhadores do Rossio para a Assembleia da República, promovida pela Interjovem da CGTP-IN
- Reuniões com todos os grupos parlamentares.

## 2019

### - Mês de janeiro

- Dia 3 – Entrega de pedido de reunião ao Primeiro-ministro sobre a recomposição da carreira docente com o ME
- Dia 15 – Plenário de sindicatos da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública;
- Dia 22 – Reunião com a Provedoria de Justiça sobre as “ultrapassagens” na carreira devido à Portaria de reposicionamento;
- Dia 24 – Concentração junto ao Ministério da Educação com deslocação para a Presidência do Conselho de Ministros pela negociação dos 9ª4M2D;
- Dias 29 e 30 – Conferência do Conselho Nacional da Educação na fundação Calouste Gulbenkian;
- Reuniões com todos os grupos parlamentares.

### - Mês de fevereiro

- Recolha de assinaturas pela valorização salarial - postais promovidos pela FCSAP;
- Dia 7 – Concentração junto à Presidência do Conselho de Ministros dos docentes e investigadores - Monumento ao Precário Desconhecido;
- Dia 11 – Entrega na Assembleia da República uma petição pela criação do grupo de teatro;
- Dia 12 – Reunião com a CONFAP
- Dia 15 – Greve nacional da Administração Pública;
- Dia 25 – Reunião sobre a recomposição da carreira docente com o ME
- Dia 28 – Concentração junto à Presidência do Conselho de Ministros para entregas dos postais para valorização salarial.

### - Mês de março

### - Mês de abril

- Dia 2 – Audição dos sindicatos pela Comissão Parlamentar de Educação e Ciência sobre a petição “adoção de medidas com vista à negociação do modo e prazo para a recuperação de todo o tempo de serviço cumprido”
- Dia 3 – Concentração junto da escola EB1/JI Aprígio Gomes (Amadora), dia em que o Ministro da Educação está presente nesta escola para uma ação de sensibilização relativa à prevenção rodoviária, sobre as ultrapassagens na carreira
- Dia 4 – Entrega na Assembleia da República a petição pela criação do grupo de recrutamento da intervenção precoce
- Dia 11 – Concentração promovida pela CGTP-IN na Assembleia da República sobre os contratos de trabalho - “não à proposta do governo ps”
- Dia 16 – Concentração junto à Assembleia da República para assistir ao debate sobre as apreciações parlamentares do diploma DL 36/2019 (que rouba mais de 6,5 anos de tempo de serviço). As propostas baixaram à Comissão Parlamentar de Educação e Ciência.
- Dia 30 – Concentração dos docentes e investigadores do ensino superior na praça de Londres com deslocação para o MTSS
- Dia 30 – Audição pela Comissão Parlamentar de Educação e Ciência sobre a petição pela criação do grupo de teatro

### - Mês de maio

- Dia 2 – Votação na especialidade no âmbito da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência as propostas de

alteração do diploma DL 36/2019 (que rouba mais de 6,5 anos de tempo de serviço). Aprovada contagem integral do tempo de serviço dos professores mas sem calendário definido;

- Dia 7 – Divulgação de uma carta aberta às direções dos partidos com representação parlamentar que apresentaram propostas visando a contagem integral do tempo de serviço cumprido pelos professores
- Dia 8 – Concentrações no continente e madeira junto de organismos oficiais para promover a formalização do pedido de negociação da pré-reforma, para que os docentes de 55 ou mais anos de serviço, através de requerimento
- Dia 10 – Presença nas galerias da Assembleia da República no momento da votação final do diploma DL 36/2019 (que rouba mais de 6,5 anos de tempo de serviço). O diploma foi chumbado com os votos: a favor – BE, PCP e PEV; contra – PSD, PS, CDS-PP e Ninsc e abstenção – PAN
- Dia 10 – Manifestação nacional dos trabalhadores da administração pública - “para avançar, continuar a lutar” - do Marquês de Pombal para a residência oficial do Primeiro-ministro
- Dias de 20 a 24 – Na segunda semana da campanha eleitoral para o Parlamento Europeu, desenvolveu-se a Campanha dos Professores, que percorrerá todo o território nacional, com a realização de 5 Comícios de Indignação, assim distribuídos – 20 de maio, Porto; 21 de maio, Faro; 22 de maio, Lisboa; 23 de maio, Évora; 24 de maio, Coimbra;
- Reuniões com os grupos parlamentares.